

MIRNA DANUZA GOMES DA FONSECA  
PABLO ORNELAS ROSA

# Proposta Estruturada de Formação Conjunta: Formação estratégica para a prática pedagógica antidiscriminatória



MIRNA DANUZA GOMES DA FONSECA  
PABLO ORNELAS ROSA

**Proposta Estruturada  
de Formação Conjunta:  
Formação estratégica para a prática  
pedagógica antidiscriminatória**

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing

São Mateus

2026

Proposta Estruturada de Formação Conjunta: Formação estratégica para a prática pedagógica antidiscriminatória © 2026, Mirna Danuza Gomes da Fonseca e Pablo Ornelas Rosa.

**Orientador:** Prof. Doutor Pablo Ornelas Rosa.

**Curso:** Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

**Instituição:** Centro Universitário Vale do Cricaré – UNIVC.

**Edição:** Ivana Esteves Passos de Oliveira.

**Projeto gráfico e editoração:** Diálogo Comunicação e Marketing.

**Diagramação:** Ilvan Filho.

**DOI:** 10.29327/5851309

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F676p	Fonseca, Mirna Danuza Gomes da. Proposta Estruturada de Formação Conjunta: Formação estratégica para a prática pedagógica antidiscriminatória / Mirna Danuza Gomes da Fonseca, Pablo Ornelas Rosa.  São Mateus, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2026.  56 p. : il. foto. color. ; 21 cm.  ISBN 978-65-6013-207-8  1. Educação – Aspectos sociais. 2. Formação continuada. 3. Cultura democrática. I. Rosa, Pablo Ornelas. II. Título.
	CDD – 370.15

Bibliotecária Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino – CRB5 1956



# Sumário

1. Apresentação .....	05
2. Proposta Orientadora e Cenários de Aplicabilidade .....	08
2.1 Fundamentação da Formação Docente .....	09
2.1.1 Dignidade humana como base da educação .....	09
2.1.2. Reconhecimento das diferenças como valor pedagógico .....	10
2.1.3. Mediação de conflitos como prática formativa .....	10
2.2. Elementos estruturantes complementares .....	10
2.2.1. Formação continuada docente .....	11
2.3 Cenários de Aplicabilidade .....	12
3. Objetivos .....	13
3.1. Objetivo Geral .....	13
3.2. Objetivos Específicos .....	13
4. Formações .....	15
4.1. Formação em Segurança Digital e Discursos de Ódio .....	15
4.2. Formação em combate a LGBTfobia .....	16
4.3. Combate à Misoginia e Cultura do Machismo .....	17
4.4. Combate ao Capacitismo .....	17
5. Metodologia da Formação .....	18
5.1. Impacto Esperado na Sala de Aula .....	19
5.2. Proteção Institucional ao Docente .....	19
6. Módulos Formativos .....	22
6.1. Proteção Institucional ao Docente .....	22
Módulo 1 – Educação em Direitos Humanos na prática escolar ..	22
Módulo 2 – Reconhecendo e enfrentando discriminações .....	27
Módulo 3 – Mediação de conflitos e cultura de paz .....	32
Módulo 4 – Educação digital e enfrentamento ao ódio online .....	38
Módulo 5 – Segurança docente e atuação profissional .....	44
7. Considerações Finais .....	51
Referências .....	53
Os autores .....	55



# 1. Apresentação

**E**ste e-book é baseado na dissertação **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO ÀS DISCRIMINAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR: uma análise documental das diretrizes e da atuação da SEME e do SINDIUPES na Rede de Vitória, defendida em 2026 na Instituição Centro Universitário Vale do Cricaré.**

A publicação é composta de partes dos resultados da pesquisa qualitativa documental onde os dados foram coletados através de documentos, sites do Sindiupes e do VixEduca (ligado à Secretaria de Educação de Vitória), cadernos de formação e de Congressos, Plataformas Digitais, tais como: YouTube, Instagram e Facebook, dados coletados entre 2019 e 2025.





Os resultados evidenciam que a escola pública, longe de ser um espaço neutro, constitui-se como um território atravessado por tensões sociais, políticas e culturais que se manifestam no cotidiano das relações pedagógicas. Racismo, misoginia, LGBTfobia e outras formas de discriminação não apenas adentram os muros da escola, mas se reconfiguram nas interações entre sujeitos, nos silenciamentos curriculares e nas práticas institucionais, sendo ainda potencializadas pela crescente influência das redes sociais e dos ambientes digitais.

Nesse cenário, a escola revela sua dupla função: ao mesmo tempo em que pode reproduzir desigualdades historicamente estruturadas, também se apresenta como espaço estratégico de resistência e transformação. Tal compreensão desloca a Educação em Direitos Humanos de uma abordagem meramente normativa para uma perspectiva ética, política e pedagógica, que exige intencionalidade formativa, posicionamento crítico e atuação consciente dos profissionais da educação.

É nesse contexto que se insere o projeto, concebido como uma proposta estruturada de formação docente voltada ao enfrentamento das discriminações no ambiente escolar contemporâneo. O programa articula três eixos fundamentais:

- O fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas e antidiscriminatórias;
- O desenvolvimento de estratégias de mediação ética de conflitos, especialmente aqueles intensificados pelas dinâmicas digitais;
- A ampliação da segurança pedagógica e jurídica dos educadores diante de contextos de crescente complexidade e tensionamento social.



Mais do que um conjunto de orientações, este eBook se configura como um instrumento formativo que busca aproximar teoria e prática, reconhecendo os professores como sujeitos centrais na construção de uma cultura escolar comprometida com os direitos humanos. Sua proposta está ancorada na compreensão de que a efetivação de uma educação democrática não se dá apenas por meio de normativas institucionais, mas pela ação cotidiana, crítica e intencional dos educadores, em diálogo com a gestão, as políticas públicas e os movimentos sociais.

Assim, este material foi elaborado para apoiar professores, gestores e redes de ensino na construção de ambientes escolares mais justos, seguros e acolhedores, contribuindo para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a dignidade humana, o respeito às diferenças e a consolidação de uma cultura democrática.



## 2. Proposta Orientadora e Cenários de Aplicabilidade

O Programa Conexão Segura e Diversa nasce da compreensão de que não há transformação real na escola se o professor não estiver preparado, amparado e valorizado em sua prática cotidiana. Foi pensado como uma política formativa estruturada, direcionada exclusivamente aos docentes da Rede Municipal de Vitória, com o objetivo de fortalecer sua atuação diante de situações que envolvem LGBTfobia, misoginia, racismo e violência digital. Diferentemente de ações voltadas diretamente aos estudantes, essa proposta parte do entendimento de que a mudança do ambiente escolar começa pela base: pelo trabalho pedagógico diário, pelas decisões tomadas em sala de aula e pela forma como o educador media conflitos, constrói diálogos e garante direitos.

Como afirma António Nóvoa (2019), a mudança educacional não acontece por decreto, mas pela reconstrução da profissionalidade docente. Mais do que transmitir conteúdos, trata-se de construir confiança, consciência crítica e compromisso com uma prática verdadeiramente antidiscriminatória.





## 2.1. FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE

O Guia analisa as formações em Educação em Direitos Humanos oferecidas tanto pelo SINDIUPES quanto pela Secretaria de Educação de Vitória, explorando onde essas práticas convergem, divergem e onde podem ser ajustadas. O objetivo é contribuir para que essas formações impulsionem uma escola mais democrática, justa e igualitária, onde as discriminações sejam enfrentadas e a escola cumpra plenamente seu papel social.

O Guia é estruturado em capítulos e tópicos. Apresenta proposta de formação continuada que pode ser desenvolvida de forma presencial e/ou virtual a docentes da educação básica separadas pelas regiões que compõem a cidade de Vitória. A proposta organiza-se a partir de três princípios centrais, que devem orientar tanto o planejamento quanto a prática pedagógica cotidiana.

A proposta parte da convicção de que o professor ocupa um lugar absolutamente central na mediação de conflitos e na construção de uma cultura efetiva de direitos humanos dentro da escola. É no cotidiano da sala de aula que tensões emergem, que preconceitos aparecem — muitas vezes de forma sutil — e que oportunidades de transformação também se revelam.

### 2.1.1. Dignidade humana como base da educação

Assumir a dignidade humana como fundamento implica reconhecer todos os sujeitos da escola — estudantes, professores e comunidade — como portadores de direitos, cujas identidades, histórias e experiências devem ser respeitadas.



## 2.1.2. Reconhecimento das diferenças como valor pedagógico

Este princípio rompe com a lógica de homogeneização escolar, compreendendo a diversidade (racial, de gênero, cultural, social, religiosa, entre outras) como elemento constitutivo do processo educativo.

## 2.1.3. Mediação de conflitos como prática formativa

Os conflitos escolares deixam de ser vistos apenas como problemas disciplinares e passam a ser compreendidos como oportunidades educativas.

## 2.2. ELEMENTOS ESTRUTURANTES COMPLEMENTARES

Este material propõe fornecer formações em conjunto pelo Sindiupes e pela SEME em Educação em Direitos Humanos ampliando o conhecimento e transformando o aprendizado em prática contra discriminações. Essas fazem parte de uma pesquisa translacional, o que significa, nesse caso específico, que há uma intenção de que os conhecimentos produzidos sejam aplicados, com possibilidade de replicação em contextos reais por meio de produtos e processos educativos (Brasil, 2019).





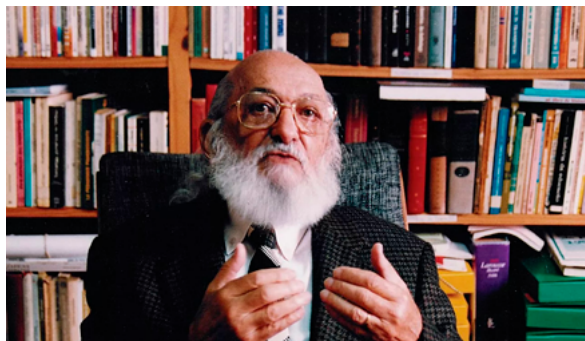
Além dos princípios centrais, a proposta considera fatores fundamentais para sua efetivação:

### 2.2.1. Formação continuada docente

A estrutura pedagógica do Programa Conexão Segura e Diversa foi organizada para garantir continuidade, aprofundamento teórico e aplicabilidade prática no cotidiano escolar.

- Certificação: 40 horas anuais certificadas.
- Condução: Compartilhada entre SEME e Sindiupes.
- Módulos: Presenciais e híbridos.
- Culminância: Produção de plano de ação pedagógica por escola.
- Locais: Divididos por escolas das regiões de Vitória.

A proposta parte da compreensão de que a formação docente não pode ser pontual ou meramente informativa. Como afirma Paulo Freire (2021), a prática educativa se constrói na reflexão crítica sobre a ação.





### 2.3. CENÁRIOS DE APLICABILIDADE

Os conteúdos desta publicação podem ser lidos em equipamentos eletrônicos, tais como computadores, PDA (personal digital assistant, em uma livre tradução, assistente digital pessoal), leitor de livros digitais ou até mesmo em celulares que suportem esse recurso.





## 3. Objetivos

### 3.1. OBJETIVO GERAL

O Conexão Segura e Diversa busca fortalecer a atuação do professor para que ele se sinta preparado, seguro e respaldado ao enfrentar discursos de ódio e manifestações de violência simbólica no ambiente escolar. A proposta é apoiar o educador na construção de respostas pedagógicas conscientes, firmes e comprometidas com os direitos humanos, transformando situações de tensão em oportunidades de diálogo, reflexão crítica e formação cidadã.

### 3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Conexão Segura e Diversa também se organiza a partir de objetivos específicos que dialogam diretamente com as necessidades reais do cotidiano escolar. Entre eles, está:

- Oferecer fundamentação jurídica sólida para práticas pedagógicas inclusivas, garantindo que o professor conheça a legislação que ampara sua atuação e se sinta seguro ao promover o respeito às diferenças.
- Desenvolver competências de mediação de conflitos, preparando o educador para agir com equilíbrio, escuta ativa e responsabilidade diante de situações delicadas.



- Integrar a segurança digital à Educação em Direitos Humanos, reconhecendo que grande parte das violências atuais — como o cyberbullying e a exposição vexatória — ultrapassa os muros da escola e exige preparo específico.

Além disso, o programa pretende reduzir a vulnerabilidade docente frente a acusações infundadas de “doutrinação”, oferecendo respaldo normativo claro e alinhado às diretrizes educacionais nacionais. Ao compreender os limites e as garantias de sua atuação, o professor ganha confiança e proteção institucional.

A proposta ancora-se na Base Nacional Comum Curricular, que prevê o desenvolvimento de competências como empatia, diálogo, responsabilidade e respeito aos direitos humanos. Ao fundamentar-se na legislação federal e nas diretrizes educacionais vigentes, o programa não apenas orienta a prática pedagógica, mas também protege institucionalmente o docente, reafirmando que promover uma educação inclusiva não é opção ideológica, mas compromisso legal e ético da escola pública.





## 4. Formações

### 4.1. FORMAÇÃO EM SEGURANÇA DIGITAL E DISCURSOS DE ÓDIO

Embasamento Jurídico: Lei nº 14.811/2024 tipifica o bullying e o cyberbullying como crime.

Capacitação do professor para:

- Compreender o funcionamento das bolhas informacionais,
- Identificar discursos misóginos e LGBTfóbicos viralizados;
- Desenvolver projetos de cidadania digital;
- Trabalhar fake news com abordagem crítica;
- Implementar protocolos escolares de denúncia e acolhimento.





## 4.2. FORMAÇÃO EM COMBATE A LGBTFOBIA

Embasamento Jurídico: Lei do Racismo 7716/89

Desde a decisão do STF na ADO 26, as condutas discriminatórias contra a população LGBTQIA+ são punidas através desta lei.

A formação oferece:

- Orientações legais sobre identidade de gênero;
- Protocolos de acolhimento institucional;
- Estratégias de linguagem inclusiva;
- Técnicas de mediação de conflitos envolvendo identidade;
- Estratégias pedagógicas de inclusão sem exposição indevida do estudante.





### 4.3. COMBATE À MISOGINIA E CULTURA DO MACHISMO

Embasamento Jurídico: A Nova “Lei da Misoginia” (PL 896/2023).

A formação inclui:

- Identificação de práticas misóginas naturalizadas;
- Discussão sobre masculinidades críticas;
- Estratégias de intervenção pedagógica;
- Projetos interdisciplinares sobre igualdade de gênero.



### 4.4. COMBATE AO CAPACITISMO

Embasamento Jurídico: Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Capacitação para o professor:

- Desconstruir termos pejorativos
- Identificar e eliminar expressões do cotidiano que reforçam preconceitos (ex: “fingir demência”, “mancada”, “está surdo?”).
- Ensinar que o termo adequado é pessoa com deficiência.
- Reconhecer comportamentos como a infantilização, a superproteção ou o ato de ignorar a autonomia da pessoa.
- Compreender que a deficiência não é apenas uma característica física, mas o resultado do encontro de corpos diversos com ambientes inacessíveis (físicos ou digitais).
- Garantir que o foco esteja nas habilidades e no potencial profissional.



## 5. Metodologia da Formação

A formação conjunta entre SEME e Sindiupes ocorre em quatro fases:

1. Módulo Teórico-Jurídico – Fundamentação normativa.
2. Módulo Crítico-Reflexivo – Análise de casos reais.
3. Módulo Prático-Pedagógico – Construção de sequências didáticas.
4. Plano de Ação Escolar – Elaboração de intervenção concreta.



A proposta fundamenta-se na compreensão de que o professor produz conhecimento a partir de sua prática.



## 5.1. IMPACTO ESPERADO NA SALA DE AULA

Com professores formados e respaldados institucionalmente:

- Conflitos passam a ser mediados pedagogicamente;
- Discursos de ódio são problematizados criticamente;
- Estudantes LGBTQIA+ encontram ambiente mais seguro;
- Casos de misoginia são enfrentados preventivamente;
- A escola desenvolve cultura de paz.



## 5.2. PROTEÇÃO INSTITUCIONAL AO DOCENTE

O programa também assegura proteção jurídica ao professor. Ao fundamentar suas ações na BNCC e na legislação federal, o docente atua dentro da legalidade, reduzindo riscos de perseguições ideológicas.

Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2020), a democracia exige participação crítica e vigilância institucional permanente.





A Lei nº 14.811/2024 tipifica o bullying e o cyberbullying como crime. Entretanto, como observa Mário Sérgio Cortella (2017), a ampliação tecnológica não implica, automaticamente, amadurecimento ético.

A formação capacita o professor para:

- Compreender o funcionamento das bolhas informacionais;
- Identificar discursos misóginos e LGBTfóbicos viralizados;
- Desenvolver projetos de cidadania digital;
- Trabalhar fake news com abordagem crítica;
- Implementar protocolos escolares de denúncia e acolhimento;
- Enfrentamento à LGBTfobia na Sala de Aula.

A Resolução CNE/CP nº 01/2018 assegura o direito ao nome social. À luz da pedagogia freireana, o reconhecimento do outro constitui condição para a educação libertadora.

A formação oferece:

- Orientações legais sobre identidade de gênero;
- Protocolos de acolhimento institucional;
- Estratégias de linguagem inclusiva;
- Técnicas de mediação de conflitos envolvendo identidade;
- Estratégias pedagógicas de inclusão sem exposição indevida do estudante.
- Combate à Misoginia e Cultura do Machismo



A formação inclui:

- Identificação de práticas misóginas naturalizadas;
- Discussão sobre masculinidades críticas;
- Estratégias de intervenção pedagógica;
- Projetos interdisciplinares sobre igualdade de gênero;
- Mediação Restaurativa e Comunicação Não-Violenta.

A mediação restaurativa dialoga com a perspectiva freireana de educação como prática dialógica. O programa capacita professores para:

- Conduzir círculos restaurativos;
- Estabelecer acordos de convivência;
- Utilizar escuta ativa;
- Reduzir conflitos discriminatórios antes que se agravam.



## 6. Módulos Formativos

A formação conjunta entre SEME e Sindiupes ocorreu em quatro fases:

1. Módulo Teórico-Jurídico – Fundamentação normativa.
2. Módulo Crítico-Reflexivo – Análise de casos reais.
3. Módulo Prático-Pedagógico – Construção de sequências didáticas.
4. Plano de Ação Escolar – Elaboração de intervenção concreta.

E fundamentou-se na compreensão de que o professor produz conhecimento a partir de sua prática.

### 6.1. PROTEÇÃO INSTITUCIONAL AO DOCENTE

O programa também assegura proteção jurídica ao professor. Ao fundamentar suas ações na BNCC e na legislação federal, o docente atua dentro da legalidade, reduzindo riscos de perseguições ideológicas. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2020), a democracia exige participação crítica e vigilância institucional permanente.

#### Módulo 1 – Educação em Direitos Humanos na prática escolar

**Objetivo:** Compreender a Educação em Direitos Humanos (EDH) como eixo estruturante da prática educativa, reconhecendo seu papel na promoção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a dignidade humana.



**Fundamentação do módulo:** A Educação em Direitos Humanos não se limita à abordagem de conteúdos normativos ou legais. Trata-se de uma perspectiva que orienta a forma como se ensina, se aprende e, sobretudo, como se constroem as relações no ambiente escolar. Nesse sentido, a EDH implica reconhecer que toda prática pedagógica carrega intencionalidades e pode contribuir tanto para a reprodução quanto para o enfrentamento das desigualdades.

Assumir a EDH como eixo estruturante significa incorporá-la ao cotidiano escolar: nas interações entre estudantes, nas escolhas didáticas, nas formas de avaliação e nas estratégias de mediação de conflitos.

Etapas	Objetivo	Atividade sugerida	Exemplo prático	Dinâmica
Etapa 1 – Sensibilização: O papel da escola	Provocar reflexão inicial sobre a função social da escola	Apresentar a seguinte pergunta disparadora: <i>“A escola é um espaço neutro ou ela influencia na forma como vemos o mundo?”</i>	Um estudante relata que já presenciou piadas sobre aparência física ou orientação sexual em sala. O professor utiliza essa fala para problematizar:  Isso é “brincadeira” ou forma de violência?  Como a escola reage a essas situações?	Dividir a turma em pequenos grupos  Solicitar que discutam exemplos vivenciados (positivos ou negativos)  Socializar as respostas



Etapas	Objetivo	Atividade sugerida	Exemplo prático	Dinâmica
Etapa 2 – Análise de situações reais de discriminação	Desenvolver olhar crítico sobre o cotidiano escolar	Estudo de caso	<p>Apresente uma situação como:</p> <p><i>Um aluno é constantemente alvo de comentários racistas em um grupo de mensagens da turma. A situação chega à escola após um conflito presencial.</i></p>	<p>Perguntar aos estudantes:</p> <p>O que está acontecendo nessa situação?</p> <p>Quais direitos estão sendo violados?</p> <p>Como a escola poderia agir?</p>

### Possíveis encaminhamentos:

- Identificação de violências - explícitas e simbólicas
- Discussão sobre responsabilidade coletiva
- Proposição de soluções (mediação, diálogo, encaminhamento institucional)



Etapas	Objetivo	Atividade sugerida	Exemplo prático	Dinâmica
Etapa 3 – Debate sobre práticas inclusivas	Construir coletivamente alternativas pedagógicas	Roda de diálogo	O que torna uma escola inclusiva? Todos se sentem representados e respeitados? O que pode ser mudado no dia a dia da sala?	Construção coletiva - A turma pode sugerir:  Criação de combinados de convivência  Uso de linguagem respeitosa  Valorização das diferenças nas atividades

### Dicas pedagógicas

- Trabalhar com situações reais aproxima o conteúdo da vivência dos estudantes
- Evitar respostas prontas — priorizar o diálogo e a problematização
- Garantir um ambiente seguro para fala (sem exposição ou constrangimento)
- Intervir quando necessário, especialmente em casos de falas discriminatórias

A proposta resulta da articulação entre as ações formativas promovidas pelo SINDIUPES e as diretrizes institucionais da Secretaria Municipal de Educação (SEME), buscando fortalecer o compromisso coletivo com uma educação pública democrática, inclusiva e respeitosa.



## Possibilidades de adaptação

Ensino Fundamental	Formação de Professores	Contextos com resistência ao tema
Utilizar histórias, imagens e situações do cotidiano Trabalhar valores como respeito e convivência Debates mais estruturados Análise de casos reais (inclusive redes sociais)	Substituir atividades por relatos de prática Trabalhar com estudos de caso vivenciados pelos docentes	Iniciar pelo debate sobre convivência e respeito Ampliar gradualmente para temas mais complexos

## Avaliação do módulo

A avaliação deve considerar processos, e não apenas resultados.

Sugestões:

- Participação nas discussões / capacidade de argumentação;
- Produção de propostas de convivência / Registro reflexivo (oral ou escrito)

## Síntese do módulo

Ao final deste módulo, espera-se que os participantes compreendam que a Educação em Direitos Humanos não é um conteúdo adicional, mas uma forma de pensar e fazer educação, que se materializa nas práticas cotidianas e nas relações estabelecidas no ambiente escolar.



## Módulo 2 – Reconhecendo e enfrentando discriminações

Objetivo: Identificar, problematizar e enfrentar práticas discriminatórias no cotidiano escolar, compreendendo suas diferentes formas de manifestação e seus impactos nas relações pedagógicas e no processo de aprendizagem.

### Fundamentação do módulo

As discriminações no ambiente escolar nem sempre se apresentam de forma explícita. Muitas vezes, manifestam-se por meio de falas naturalizadas, expectativas diferenciadas, silenciamentos ou práticas institucionais que reforçam desigualdades. Nesse sentido, reconhecer a discriminação exige desenvolver um olhar crítico e sensível, capaz de perceber tanto as violências diretas quanto aquelas mais sutis — frequentemente invisibilizadas no cotidiano escolar.

Este módulo parte da compreensão de que o enfrentamento dessas práticas não pode se limitar à punição, mas deve envolver processos formativos que promovam reflexão, responsabilização e transformação das relações.



## Contextos:

Racismo estrutural	LGBTfobia	Misoginia	Violência simbólica
Refere-se a práticas e padrões sociais que produzem desigualdades raciais, muitas vezes de forma naturalizada.	Relaciona-se à discriminação contra pessoas LGBTQIA+, manifestando-se por meio de exclusão, constrangimento ou violência.	Diz respeito à desvalorização e discriminação contra mulheres e meninas.	Forma de violência que se manifesta de maneira indireta, por meio de normas, discursos e práticas que inferiorizam determinados grupos.
<p><b>Exemplos no contexto escolar:</b></p> <p>Expectativas mais baixas em relação ao desempenho de estudantes negros.</p> <p>Ausência de representatividade nos materiais didáticos</p> <p>Piadas ou comentários sobre cabelo, cor da pele ou traços físicos</p>	<p><b>Exemplos:</b></p> <p>Uso de apelidos pejorativos</p> <p>Desrespeito ao nome social</p> <p>Invisibilização de discussões sobre diversidade</p>	<p><b>Exemplos:</b></p> <p>Interrupção constante da fala de alunas</p> <p>Estereótipos de gênero em atividades (ex: meninas para tarefas “cuidadoras”)</p> <p>Comentários sobre aparência ou comportamento</p>	<p><b>Exemplos:</b></p> <p>Naturalização de piadas ofensivas</p> <p>Silenciamento de temas relevantes (como racismo ou diversidade)</p> <p>Currículo que não contempla diferentes culturas e histórias</p>

A análise das formações promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo é essencial para compreender a Educação em Direitos Humanos para além das políticas oficiais. Diferente da gestão pública, o sindicato constrói suas formações a partir das vivências reais dos professores, dialogando com os desafios do cotidiano escolar. Esses espaços formativos vão além do conteúdo técnico: são momentos de escuta, reflexão e



fortalecimento coletivo, voltados ao enfrentamento do racismo, da LGBTfobia, da misoginia e de outras desigualdades.

### Dicas:

- Evitar abordagens superficiais
- Trabalhar com exemplos reais

### Planejamento

Etapas	Objetivo	Atividade sugerida	Exemplo prático	Dinâmica
Etapa 1 – Reconhecendo a discriminação no cotidiano	Ampliar a percepção dos participantes	Apresentar frases comuns do cotidiano escolar	“Isso é só brincadeira” “Não foi por mal” “Aqui todo mundo é igual”	Pedir que os participantes analisem:  Essas falas escondem algum tipo de discriminação?  Quais impactos podem gerar?
Etapa 2 – Estudo de casos reais	Desenvolver análise crítica	Uma aluna deixa de participar das aulas após sofrer comentários sobre sua aparência em redes sociais da turma.	Foi chamada de “macaco”.	Discussão orientada: Que tipo de violência está presente?  Qual o papel da escola nessa situação?  Como o professor pode intervir?



Etapas	Objetivo	Atividade sugerida	Exemplo prático	Dinâmica
Etapa 3 – Do reconhecimento à ação	Construir estratégias de enfrentamento	Em grupos, propor que os participantes elaborem respostas para situações como:  Comentários preconceituosos em sala	Conflitos entre estudantes  Situações que envolvem redes sociais	<b>Possíveis encaminhamentos:</b>  Intervenção imediata (não silenciar)  Mediação do conflito  Encaminhamento para gestão escolar  Registro da ocorrência

### Dicas pedagógicas

- Evitar abordagens superficiais ou meramente informativas
- Trabalhar com exemplos reais e próximos da realidade dos estudantes
- Não minimizar situações (“foi só brincadeira”)
- Garantir escuta ativa e acolhimento às vítimas
- Intervir de forma firme, mas pedagógica.



## Possibilidades de adaptação

Ensino Fundamental	Formação de Professores	Contextos com resistência ao tema
Uso de histórias e personagens	Discussão de casos reais vivenciados	Iniciar pelo debate sobre convivência
Trabalhar valores como respeito e empatia	Reflexão sobre práticas pedagógicas	Ampliar gradualmente para discussões mais críticas
Debates mais aprofundados		
Análise de situações envolvendo redes sociais		

## Avaliação do módulo

A avaliação deve considerar a capacidade de análise e posicionamento crítico.

### Sugestões:

- Participação nas discussões e identificação de situações discriminatórias
- Proposição de estratégias de enfrentamento e produção de registros reflexivos

## Síntese do módulo

Ao final deste módulo, espera-se que os participantes sejam capazes de reconhecer que as discriminações no ambiente escolar nem sempre são evidentes, exigindo um olhar atento e crítico. Mais do que identificar, o desafio consiste em agir de forma ética, pedagógica e intencional, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais justo, seguro e respeitoso.



## Módulo 3 – Mediação de conflitos e cultura de paz

### Objetivo

Desenvolver estratégias práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar, compreendendo o conflito como oportunidade formativa e fortalecendo uma cultura de diálogo, respeito e responsabilização.

### Fundamentação do módulo

Os conflitos fazem parte do cotidiano escolar e não devem ser compreendidos apenas como problemas disciplinares. Quando bem mediados, tornam-se oportunidades educativas para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, escuta, responsabilidade e convivência democrática.

### Roteiro prático de intervenção

#### Situação inicial

#### Exemplo:

Dois estudantes iniciam uma discussão em sala após trocas de ofensas que começaram em um grupo de WhatsApp.

#### **PASSO 1 – Intervenção imediata - contenção do conflito**

**Objetivo:** interromper a escalada da situação

**O que fazer:**

- Interromper a situação com firmeza e calma
- Evitar exposição ou julgamento público
- Separar os envolvidos, se necessário



**O que dizer:** “Vamos parar por aqui. Precisamos entender o que está acontecendo com calma.”

**Evitar:**

- Gritar;
- Tomar partido imediato
- Ironizar ou minimizar a situação

## **PASSO 2 – Escuta individual - compreensão do conflito**

**Objetivo:** entender o ponto de vista de cada envolvido

**Como fazer:**

- Conversar separadamente com cada estudante
- Garantir espaço de fala sem interrupção

**Perguntas-chave:**

- “O que aconteceu na sua visão?”
- “Como você se sentiu?”
- “O que te incomodou mais?”

**Importante:**

Não buscar “quem está certo”, mas o que está acontecendo.

## **PASSO 3 – Identificação da origem do conflito**

**Objetivo:** compreender o que está por trás da situação

**Possíveis causas:**

- Mal-entendidos



- Discriminação (racismo, LGBTfobia, etc.)
- Conflitos iniciados nas redes sociais
- Questões emocionais ou familiares

**Exemplo:** A discussão começou com uma “brincadeira” no grupo online que evoluiu para ofensas pessoais.

#### **PASSO 4 – Mediação conjunta do diálogo**

**Objetivo:** promover o encontro mediado entre os envolvidos

**Como conduzir:**

- Reunir os estudantes em ambiente tranquilo
- Estabelecer regras de respeito (um fala de cada vez)

**Perguntas orientadoras:**

- “O que você gostaria que o outro entendesse?”
- “Como podemos resolver essa situação?”

Papel do professor:

- Mediador (não juiz)
- Garantir equilíbrio na fala
- Evitar acusações

#### **PASSO 5 – Construção de acordos**

**Objetivo:** responsabilização e reparação

**Exemplos de acordos:**

- Pedido de desculpas (quando necessário e sincero)



- Compromisso de mudança de comportamento
- Ações de reparação (ex: retratação em grupo onde ocorreu a ofensa)

O acordo deve ser:

- possível
- claro
- construído com os envolvidos

### **PASSO 6 – Encaminhamentos institucionais**

#### **Acionar quando houver:**

- Reincidência
- Violência grave
- Discriminação explícita

#### **Possíveis ações:**

- Comunicação à equipe gestora
- Registro formal da ocorrência
- Contato com responsáveis

### **PASSO 7 – Acompanhamento**

**Objetivo:** garantir que o conflito não se repita

#### **Como fazer:**

- Observar os envolvidos nos dias seguintes
- Retomar o diálogo se necessário
- Reforçar acordos estabelecidos



### **Situações específicas - Caso de discriminação (racismo, LGBTfobia, etc.)**

- Intervir imediatamente
- Nomear a situação (ex: “isso é uma fala racista”)
- Não relativizar como “brincadeira”
- Garantir acolhimento à vítima

### **Conflitos originados nas redes sociais**

- Trazer o debate para o ambiente escolar
- Discutir responsabilidade digital
- Trabalhar consequências das ações online

### **Conflitos recorrentes**

- Investigar causas mais profundas
- Envolver equipe pedagógica
- Trabalhar ações preventivas com a turma

### **Dicas pedagógicas**

- Priorizar o diálogo em vez da punição automática
- Não ignorar conflitos (o silêncio reforça o problema)
- Manter postura firme e acolhedora
- Trabalhar prevenção, não apenas intervenção



## Possibilidades de adaptação

Ensino Fundamental	Formação de Professores	Contextos com resistência ao tema
Uso de mediação guiada com linguagem simples	Simulação de conflitos reais	
Trabalhar emoções (tristeza, raiva, respeito)	Estudo de casos	
Maior autonomia dos estudantes na mediação	Capacidade de mediação	
Debates estruturados	Postura diante de conflitos	
	Participação nas atividades	
	Aplicação das estratégias no cotidiano	

A mediação de conflitos, nesse contexto, desloca a lógica punitiva para uma abordagem formativa, centrada no diálogo, na compreensão das causas e na reconstrução das relações.

### Síntese do módulo

A mediação de conflitos, quando compreendida como prática pedagógica, transforma situações de tensão em oportunidades de aprendizagem. O professor, ao atuar como mediador, contribui para o desenvolvimento de sujeitos mais conscientes, responsáveis e capazes de conviver com as diferenças de forma respeitosa.



## Módulo 4 – Educação digital e enfrentamento ao ódio online

### Objetivo

Desenvolver competências para atuar diante de conflitos mediados por redes sociais, promovendo o uso ético, crítico e responsável das tecnologias digitais no contexto escolar.

### Fundamentação do módulo

A ampliação do uso das tecnologias digitais transformou profundamente as formas de interação entre estudantes, ampliando os espaços de socialização para além da escola. Nesse cenário, conflitos que antes se restringiam ao ambiente físico passam a circular com rapidez nas redes sociais, intensificando situações de exposição, constrangimento e violência.

Mais do que proibir ou controlar o uso das tecnologias, este módulo propõe formar sujeitos capazes de:

- compreender o funcionamento das redes digitais
- analisar criticamente conteúdos e discursos
- agir de forma ética e responsável no ambiente online



## Conteúdos

1. Cyberbullying	2. Discurso de ódio	3. Alfabetização midiática
Caracteriza-se por práticas de intimidação, humilhação ou exposição realizadas por meio de dispositivos digitais.	Refere-se a manifestações que promovem discriminação ou violência contra grupos sociais.	Consiste na capacidade de compreender, analisar e avaliar criticamente as informações que circulam nos meios digitais.
Exemplos:  Criação de perfis falsos para ridicularizar colegas  Compartilhamento de imagens sem consentimento  Comentários ofensivos em grupos de mensagens	Exemplos:  Comentários racistas ou LGBTfóbicos em redes sociais  Memes que reforçam estereótipos  Ataques coletivos em grupos digitais	Exemplos:  Identificar fake news  Questionar fontes de informação  Reconhecer intenções por trás de conteúdos

O ambiente digital não é neutro: ele potencializa discursos de ódio, favorece a propagação de desinformação e, muitas vezes, dificulta a responsabilização dos sujeitos envolvidos. Por isso, a Educação em Direitos Humanos precisa incorporar a alfabetização midiática crítica como dimensão essencial da formação escolar.



## Desenvolvimento das atividades

### Etapas / Objetivo / Atividades / Dicas

#### **Etapa 1 – Diagnóstico da realidade digital da turma**

**Objetivo:** compreender como os estudantes utilizam as redes

**Atividade:**

Perguntar (de forma anônima ou aberta):

- Quais redes vocês mais usam?
- Já presenciaram conflitos online?
- Como normalmente reagem?

**Dica:** Evite julgamento — o foco é compreender, não punir.

#### **Etapa 2 – Análise crítica de situações reais**

**Objetivo:** desenvolver pensamento crítico

**Atividade:** estudo de caso

Exemplo: Um estudante tem sua foto compartilhada em um grupo com comentários ofensivos.

**Perguntas norteadoras:**

- Isso é brincadeira ou violência?
- Quais consequências essa ação pode gerar?
- Quem é responsável? Só quem postou ou quem compartilhou também?



### **Etapa 3 – Simulação de situações - aprendizagem prática**

**Objetivo:** preparar os estudantes para agir

**Atividade:**

Dividir a turma em grupos e apresentar cenários, como:

- Receber uma mensagem ofensiva
- Presenciar cyberbullying em grupo
- Identificar fake news

**Proposta:**

Cada grupo deve decidir:

- O que faria na situação
- Como poderia ajudar a resolver

### **Etapa 4 – Construção de protocolos de convivência digital**

**Objetivo:** criar regras coletivas

**Atividade:** Elaborar, com a turma, um “acordo digital”

**Exemplos de combinados:**

- Não compartilhar conteúdos ofensivos
- Respeitar a imagem e privacidade dos colegas
- Denunciar situações de violência



## Roteiro de intervenção docente

**Situação:** conflito iniciado ou ampliado nas redes sociais

### **PASSO 1 – Intervenção imediata**

- Não ignorar o ocorrido
- Interromper possíveis desdobramentos em sala
- Evitar exposição pública dos envolvidos

### **PASSO 2 – Verificação dos fatos**

- Ouvir os envolvidos
- Identificar onde ocorreu (grupo, rede, privado)
- Registrar evidências (prints, relatos)

### **PASSO 3 – Análise da gravidade**

- Houve exposição? Existe discurso de ódio? Há reincidência?

### **PASSO 4 – Mediação e responsabilização**

- Promover diálogo entre envolvidos
- Trabalhar impacto das ações
- Construir formas de reparação

### **PASSO 5 – Encaminhamentos institucionais**

- Acionar gestão escolar quando necessário
- Comunicar responsáveis
- Registrar formalmente a ocorrência



## Dicas pedagógicas

- Trabalhar análise crítica de conteúdos reais (memes, prints, notícias)
- Simular situações para desenvolver tomada de decisão
- Não tratar tecnologia como vilã, mas como espaço de aprendizagem
- Reforçar responsabilidade individual e coletiva no ambiente digital
- Garantir acolhimento às vítimas

## Possibilidades de adaptação

Ensino Fundamental	Formação de Professores	Contextos com resistência ao tema
Trabalhar noções básicas de respeito online Uso de histórias e exemplos simples Debates sobre redes sociais e identidade digital Análise crítica de conteúdos reais	Discussão de casos reais da escola Orientações sobre segurança pedagógica	Trabalhar situações hipotéticas Discutir mídia em geral (TV, internet, etc.)

## Avaliação do módulo

- Capacidade de análise crítica
- Participação nas simulações
- Propostas de convivência digital
- Postura ética diante de situações



## **Síntese do módulo**

Ao final deste módulo, espera-se que os participantes compreendam que o ambiente digital é uma extensão das relações sociais e, portanto, também deve ser orientado por princípios éticos. A escola, ao incorporar a educação digital crítica, amplia sua atuação formativa e fortalece sua capacidade de enfrentar as novas formas de violência que emergem na contemporaneidade.

### **Módulo 5 – Segurança docente e atuação profissional**

#### **Objetivo**

Fortalecer a segurança pedagógica e jurídica dos educadores na mediação de conflitos e no enfrentamento às discriminações, garantindo atuação ética, respaldada e consciente no ambiente escolar.

#### **Fundamentação do módulo**

O contexto escolar contemporâneo tem se tornado cada vez mais complexo, marcado por tensões sociais, disputas de valores e crescente exposição do trabalho docente — especialmente em situações envolvendo conflitos, diversidade e uso de redes sociais.

Nesse cenário, muitos professores relatam insegurança ao abordar temas relacionados à Educação em Direitos Humanos, seja por receio de conflitos com famílias, questionamentos institucionais ou exposição pública.

A segurança docente, portanto, não se limita ao aspecto jurídico, mas envolve:



- clareza sobre o papel pedagógico do professor
- conhecimento de direitos e deveres profissionais
- respaldo institucional para atuação
- desenvolvimento de estratégias seguras de intervenção

Este módulo parte da compreensão de que um professor seguro atua com mais autonomia, intencionalidade e responsabilidade, fortalecendo sua prática pedagógica e contribuindo para um ambiente escolar mais justo e equilibrado.

### Conteúdos abordados

Direitos e deveres do professor	Liberdade pedagógica e limites institucionais	Protocolos e fluxos institucionais	Registro e documentação pedagógica
<b>Aspectos centrais:</b>  Liberdade de ensinar com base em princípios pedagógicos  Responsabilidade ética na condução das aulas  Dever de proteção dos estudantes	<b>Reflexão:</b>  A liberdade de cátedra não significa atuação isolada, mas alinhada ao projeto pedagógico da escola e às normativas educacionais.	<b>Importância:</b>  Evitar decisões isoladas  Garantir respaldo da gestão  Organizar respostas institucionais	<b>Função:</b>  Proteger o professor  Garantir transparência  Subsidiar encaminhamentos



<p><b>Exemplo:</b></p> <p>Um professor que aborda temas como diversidade não está “impondo opiniões”, mas desenvolvendo conteúdos alinhados à formação cidadã e aos princípios educacionais.</p>	<p><b>Exemplo:</b></p> <p>O professor pode trabalhar temas sociais relevantes</p> <p>Mas deve evitar exposição indevida de estudantes ou posicionamentos que violem direitos</p>	<p><b>Exemplo:</b></p> <p>Situações de discriminação devem ser:</p> <p>Registradas</p> <p>Comunicadas à equipe gestora</p> <p>Acompanhadas institucionalmente</p>	<p><b>Exemplo:</b></p> <p>Registrar:</p> <p>Ocorrências de conflito</p> <p>Intervenções realizadas</p> <p>Acordos estabelecidos</p>
--	--	---	---

## Desenvolvimento

### **Etapa 1 – Compreendendo a própria atuação**

**Objetivo:** fortalecer a consciência profissional

**Atividade:** Reflexão orientada

- Em quais situações você se sente inseguro(a)?
- O que te impede de agir?

**Dica:**

Trabalhar com relatos reais fortalece a identificação.

### **Etapa 2 – Análise de situações de risco pedagógico**

**Objetivo:** identificar possíveis exposições

**Exemplo de caso:**

Um professor é filmado durante uma aula em que discute discriminação, e o vídeo é compartilhado fora de contexto nas redes sociais.

**Discussão:**

- O que poderia ter sido feito para prevenir?
- Como agir após a exposição?

**Etapa 3 – Construção de práticas seguras**

**Objetivo:** desenvolver estratégias de proteção

**Propostas:**

- Planejar previamente abordagens de temas sensíveis
- Utilizar linguagem pedagógica clara
- Evitar personalização de conflitos

**Etapa 4 – Conhecendo e utilizando protocolos**

**Objetivo:** fortalecer o respaldo institucional

**Atividade:** Mapear com a equipe

- Quem acionar em cada situação
- Como registrar ocorrências
- Quais são os fluxos da escola



## Roteiro prático de atuação segura

**Situação:** conflito ou tema sensível em sala

### **PASSO 1 – Atuar com intencionalidade pedagógica**

- Explicar o objetivo da atividade
- Relacionar com conteúdos educacionais
- Evitar improvisações em temas sensíveis

### **PASSO 2 – Evitar exposição indevida**

- Não expor estudantes
- Não permitir constrangimentos públicos
- Preservar identidades em situações delicadas

### **PASSO 3 – Registrar a situação**

- Anotar o ocorrido
- Descrever intervenções realizadas
- Guardar evidências, quando necessário

### **PASSO 4 – Acionar a gestão**

- Compartilhar a situação com coordenação/direção
- Buscar orientação
- Evitar conduzir casos complexos sozinho

### **PASSO 5 – Comunicar responsáveis (quando necessário)**

- Com mediação da escola
- De forma institucional (não individualizada)

### **PASSO 6 – Acompanhar desdobramentos**

- Monitorar a situação
- Reforçar acordos
- Garantir continuidade do acompanhamento



## **Situações específicas - como agir**

### **Questionamento de famílias**

- Manter postura profissional
- Explicar o caráter pedagógico da atividade
- Acionar gestão escolar

### **Exposição em redes sociais**

- Não responder individualmente ou impulsivamente
- Informar a gestão
- Registrar a situação

### **Temas sensíveis (gênero, raça, direitos humanos)**

- Planejar previamente
- Utilizar referências pedagógicas
- Evitar debates desorganizados

### **Dicas pedagógicas**

- Nunca atuar sozinho em situações complexas
- Registrar sempre — isso protege o professor
- Manter postura ética e profissional
- Evitar respostas impulsivas
- Buscar formação continuada



## Possibilidades de adaptação

Ensino Fundamental	Formação de Professores	Contextos com resistência ao tema
Trabalhar noções básicas de respeito online	Discussão de casos reais da escola	Trabalhar situações hipotéticas
Foco em práticas seguras de convivência	Simulações de situações reais	Discutir mídia em geral (TV, internet, etc.)
Mediação mais guiada	Estudo de protocolos institucionais	
Discussões mais estruturadas		
Maior autonomia docente		

### Avaliação do módulo

- Capacidade de tomada de decisão
- Uso de estratégias seguras
- Compreensão de protocolos
- Postura profissional

### Síntese do módulo

A segurança docente é condição fundamental para a efetivação da Educação em Direitos Humanos. Professores que atuam com respaldo, clareza e intencionalidade pedagógica conseguem enfrentar conflitos com mais tranquilidade e assertividade, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais justo, seguro e democrático.



## 7. Considerações Finais

A proposta apresentada neste eBook reafirma a Educação em Direitos Humanos como um eixo indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva e comprometida com a dignidade humana. Ao compreender a escola como um espaço atravessado por tensões sociais, culturais e políticas, torna-se evidente que o enfrentamento às discriminações não pode ser tratado de forma pontual ou superficial, mas exige uma abordagem intencional, contínua e estruturada, capaz de mobilizar práticas pedagógicas, relações institucionais e processos formativos.

Os desafios identificados ao longo da pesquisa — como lacunas na formação docente, tensões entre diretrizes institucionais e práticas cotidianas, limitações administrativas e o crescimento de conflitos mediados pelas redes sociais — evidenciam que a efetivação da Educação em Direitos Humanos depende de uma ação coletiva e articulada. Nesse sentido, destaca-se a importância da formação continuada como espaço de reflexão crítica e fortalecimento da prática docente, bem como da construção de diálogos institucionais entre gestão, professores e demais atores educacionais. Trata-se de reconhecer que a consolidação de uma cultura de direitos humanos na escola não se sustenta apenas por normativas, mas pela vivência cotidiana de valores como respeito, equidade e participação.



O programa “Conexão Segura e Diversa” insere-se, portanto, como uma possibilidade concreta de intervenção pedagógica e institucional, ao propor caminhos estruturados para o enfrentamento das discriminações e para a mediação de conflitos no contexto escolar contemporâneo. Ao articular princípios da Educação em Direitos Humanos com estratégias práticas de atuação, o programa contribui para ampliar a segurança pedagógica e a autonomia dos educadores, fortalecendo seu papel como mediadores, formadores e agentes de transformação social.

Além disso, a proposta apresenta potencial de adaptação a diferentes realidades educacionais, respeitando as especificidades de cada contexto sem perder sua essência ética e política. Essa característica amplia sua relevância enquanto produto educacional, permitindo que seja apropriado por diferentes redes de ensino, equipes gestoras e espaços formativos. Assim, mais do que um guia de ações, este eBook configura-se como um instrumento de fortalecimento da prática docente e de promoção de uma cultura escolar comprometida com os direitos humanos, contribuindo para a construção de uma educação que não apenas ensina, mas também forma sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir na realidade em que vivem.



## Referências

A GAZETA. **Casos de bullying e cyberbullying em cartórios do ES crescem em 2024**. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br>. Acesso em: 03 nov. 2026.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/enegrecer/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/ALMEIDA-Silvio-Racismo-estrutural-Livro-2019.pdf>. Acesso em: 11 dez.2025.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de currículo e avaliação e políticas docentes. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 fev. 2026.

**Bases da Educação Nacional para incluir a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm). Acesso em: 20 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Desktop/Paulo%20Freire,%201970.%20PEDAGOGIA%20DO%20OPRIMIDO.pdf>



SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. [https://books.google.com.br/books?id=Uhn\\_EAAAQBA-J&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=Uhn_EAAAQBA-J&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).



## Os autores

### **MIRNA DANUZA GOMES DA FONSECA**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1998). Possui uma Pós-Graduação em Gestão Educacional integrada pelo Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd e uma Pós-Graduação em Língua Portuguesa e Literatura pelo Instituto Superior de Educação Ateneu (ISEAT). Atualmente é professor da Educação Básica do Município de Vitória (à disposição do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação Pública do Espírito Santo, onde atua como um dos diretores do Ministério da Promoção dos Direitos da Pessoa LGBT na Entidade) e no Município de Vila Velha). É membro e do Fórum Municipal de Educação de Vitória (Representação da ASSPAES), Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Fundo (CACs FUNDEB) do município de Vitória, e Membro do Conselho Municipal de Saúde de Vitória pela Central única dos Trabalhadores (2024-2026).





## **Pablo Ornelas Rosa**

Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2012), mestre em sociologia política (2008) e bacharel em ciências sociais (2005) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Realizou estágio de pós-doutorado em psicologia (2020) e em saúde coletiva (2018) na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e em sociologia (2014) na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atualmente realiza pesquisa de doutorado em psicologia institucional na UFES. Desde agosto de 2013 atua como professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política (Mestrado) e em Segurança Pública (Mestrado e Doutorado) da Universidade Vila Velha - UVV. Também atua como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (Mestrado) do Centro Universitário Vale do Cricaré - UniVC desde 2022, no curso de especialização em direito penal e criminologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS desde 2019 e no curso de especialização em Cannabis Sativa da Sociedade Brasileira de Estudos Canábicos - SBEC desde 2023..



ISBN: 978-65-6013-207-8

DIÁLOGO  
EDITORIAL

